**Ponto 3 – anexo 3**

**Pedidos à Comissão Nacional do Território**

|  |
| --- |
|  |
| A Comissão Nacional do Território (CNT) emite pareceres e recomendações sobre questões relativas ao Ordenamento do Território, competindo-lhe igualmente endereçar questões relativas à Reserva Ecológica Nacional, no âmbito das atribuições identificadas no n.º 1 do artigo 184.º do Decreto-Lei n.º80/2015, de 14 de maio. |

**1.Proponente**

Vogal da CNT CCDR N

Outra entidade

(designação da entidade)

**2.Classificação do assunto**

**2.1*.* Ordenamento do Território**

**2.2 Reserva Ecológica Nacional**

**3*.* Exposição**

**3.1 Assunto**

|  |
| --- |
| Aplicação dos novos prazos do RJUE - actualização da plataforma SIRJUE. |
|  |

**3.1 Antecedentes**

não

sim

(descrever os antecedentes que relevem à análise do assunto em apreço)

|  |
| --- |
| O Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, que procedeu à décima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), entrou em vigor, nos termos do disposto no seu artigo 12.º, 120 dias após a sua publicação, ou seja, a 6 de Fevereiro de 2015.  Esta última alteração ao RJUE veio, no que às competências desta CCDRN/Direcção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT) refere, introduzir importantes alterações.  Referimo-nos especificamente às alterações introduzidas ao artigo 13.º-A, alterações estas que não só introduziram uma  fase procedimental destinada à apreciação liminar (n.º 5) – dando satisfação a uma persistente reivindicação desta CCDRN/DSOT – mas também procedeu a uma uniformização dos prazos, fixando para todas as entidades consultadas o prazo imperativo de 20 dias para que se pronunciem (n.º 3). Recorde-se que antes da referida alteração o prazo para pronúncia era de 40 dias, sempre que se tratasse de obra relativa a imóvel de interesse nacional ou de interesse público ou caso se referisse a operações urbanísticas a realizar em área integrada na Rede Natura ou em área integrada na Rede Nacional de Áreas Protegidas.  Ora, se bem que o legislador tenha tido a cautela de prever, no artigo 8.º, uma norma transitória que determina no seu n.º 2 que até à entrada em funcionamento da plataforma electrónica (…), a tramitação dos processos pode efectuar-se nos termos previstos no regime anteriormente vigente, o que permitiu que esta CCDRN/DSOT continuasse a tramitar as consultas do artigo 13.º-A no termos vigentes antes de 6 de Fevereiro, urge, com especial premência resolver este constrangimento.  Com efeito, volvido mais de um ano desde a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, revela-se incompreensível, na nossa opinião, que se mantenham os prazos  de  40 dias e que não seja ainda possível proceder ao saneamento liminar dos processos.  Preocupada com esta situação, esta CCDRN/DSOT transmitiu formalmente à anterior e à actual SEOTCN a premência em alterar a plataforma, apontando, mesmo, um mecanismo extremamente simples que permitiria resolver a situação de imediato (vd mail em anexo). |

**3.3 Solicitação**

(descrever objetivamente qual o problema, questão ou proposta a apresentar à CNT)

|  |
| --- |
| Ponto de situação dos trabalhos de actualização da plataforma SIRJUE pela Direcção-Geral das Autarquias Locais. |
|  |

**3.4 Outros participantes**

(Para além dos vogais permanentes, indique se considera relevante para a discussão do assunto em apreço convocar outros representantes da CNT para a reunião, tendo em conta a composição da CNT prevista no artigo 185.º Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio)

|  |  |
| --- | --- |
| Direção-Geral do Tesouro e Finanças  Direção Geral dos Recursos e Defesa Nacional  Autoridade Nacional da Proteção Civil  Direção-Geral da Política e da Justiça  Direção-Geral das Autarquias Locais  Instituto da Mobilidade e Transportes  Direção-Geral da Energia e Geologia | Direção-Geral dos Recursos Naturais, Serviços e Segurança Marítima  Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural  Direção-Geral da Saúde  Direção-Geral de Educação  Área Metropolitana de Lisboa  Área Metropolitana do Porto  Comunidade Intermunicipal |

**3.5 Anexos**

**SIRJUE**

1. **Introdução**

No vasto conjunto de medidas tomadas com vista á prossecução da “desburocratização e da eficácia na organização e funcionamento da Administração Pública, assim como uma das formas de concretização de um modelo de melhoria da prestação e gestão dos serviços públicos orientado pela economicidade, eficiência e eficácia”, o Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro introduziu diversas alterações aos procedimentos previstos nos artigos 13.º a 13.º-B do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE). No entanto, e apesar de as alterações em causa terem entrado em vigor no passado dia 7 de janeiro, o facto de todas elas estarem dependentes de alterações ao Portal do SIRJUE ainda não efetuadas, implicou que até à presente data que, na prática, nenhuma se tenha de facto tornado efetiva.

1. **Saneamento dos processos**

Em relação aos procedimentos de correção da instrução dos pedidos tem-se continuado a operar por fora do Portal no sentido de procurar suprir, sempre que possível, eventuais faltas de elementos detetadas pela CCDR nas situações de consultas a mais do que uma EAC. Esse procedimento passa pela solicitação por email ou telefone diretamente às Câmaras Municipais para submissão de peças em falta, no prazo dos 5 dias que antecede o envio às Entidades da Administração Central. Este procedimento de recurso minora mas não elimina as situações de falta de elementos para pronúncia das entidades, o que apenas se poderá solucionar com a operacionalização no Portal do SIRJUE dos procedimentos previstos no artigo 13.º-A do RJUE na sua atual redação.

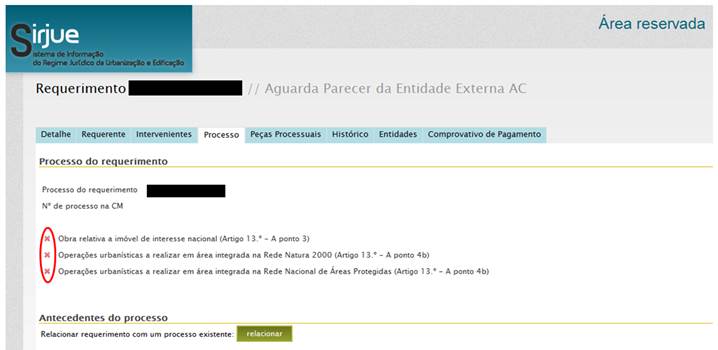
1. **Prazo para pronúncia das Entidades da Administração Central**

No se refere à redução dos prazos para pronúncia das EAC, o Portal do SIRJUE permite, apenas nas situações de consulta a mais do que uma EAC que a CCDR, enquanto entidade coordenadora, desative a eventual marcação pelo município remetente das situações que anteriormente eram abrangidas pelo prazo de 40 dias para pronúncia.

No entanto, e porque tal aplicação do prazo único de 20 dias para pronúncia não seria uniforme (nas consultas diretas às EAC a CCDR não pode interferir), não foi adotado tal procedimento para evitar conflitos e incongruências de procedimentos.

Parece-nos contudo que, a aplicação do disposto no Decreto-Lei n.º 136/2014 sobre esta matéria se poderá revelar de fácil concretização, bastando para tal tornar inativos no Portal do SIRJUE os 3 botões no separador Processo que permitem aos municípios assinalar as situações às quais se aplica(va) o prazo de 40 dias.

Com esta simples desativação seria efetivada esta alteração ao RJUE, ficando as demais a aguardar a implementação das necessárias adaptações ao Portal do SIRJUE.



Separador *Processo* na interface dos Municípios

(Assinalam-se os 3 marcadores que se propõe sejam desativados)

Recomenda-se que caso tal desativação seja implementada, seja difundido pelo Portal do SIRJUE a todos os Municípios e Entidades da Administração Central mensagem a informar que tal se destina a implementar a alteração ao prazo para pronúncia das Entidades da Administração Central nos termos das alterações ao artigo 13.º-A do RJUE introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

1. **Interoperabilidade**

Sem prejuízo de outros contributos que poderemos dar no acompanhamento das alterações ao Portal do SIRJUE a implementar futuramente, aproveita-se a oportunidade para recordar a necessidade de, complementarmente às alterações ao Portal do SIRJUE decorrentes do Decreto-Lei n.º 136/2014, implementar os *toolkit* que permitam assegurar a necessária interoperabilidade com os sistemas de informação documental das CCDR, situação que desde o início da implementação do Portal do SIRJUE se tem vindo a solicitar e que até ao presente nunca teve a necessária concretização.